



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2013

Ano 38 – Nº 212

Foto: Resistência terena

“A cada índio que tomba, mil novos guerreiros se erguerão”

pág.: 8, 9



Conflitos no Campo Brasil 2012 revela aumento de 24% nos assassinatos

pág.: 5



Foto: CPT Nacional

EDITORIAL

Os índios roubam a cena

Vivemos nestes últimos meses um momento muito especial, até se poderia dizer com muita propriedade que vivemos uma Primavera Indígena, em referência à Primavera Árabe que sacudiu alguns países. Os índios roubaram a cena e se colocaram no primeiro plano dos debates nacionais.

Sua postura firme, corajosa e pacífica, se manifestou na ocupação dos espaços do Congresso Nacional, contra a avalanche de projetos que querem limitar seus direitos; no confronto aberto com os grandes projetos do governo, rasgando documento que lhes foi enviado, ao invés de sentarem para um debate aberto olho no olho; na ocupação por duas vezes do canteiro de obras de Belo Monte, no Pará; na ocupação de diversas áreas reivindicadas há anos pelos Terena, no Mato Grosso do Sul, numa das quais Oziel Gabriel foi assassinado pelas forças da Polícia Federal, outros ficaram feridos, e em outra Josiel Gabriel Alves foi baleado por pistoleiros; no bloqueio de estradas no Sul do país; na mobilização em frente ao Palácio do governo do Rio Grande do Sul, na ocupação da sede do PT no Paraná. Uma série de ações e manifestações que deixam bem claro que eles existem e querem respeito.

O governo até fez por desmerecer muitas destas ações, insinuando que eram conduzidas por agentes estranhos. Mas diante da força indígena, o governo teve que abrir, mesmo a contragosto, espaços de escuta e diálogo. Não dá para acreditar que sejam muito proveitosos e que apontem para avanços significativos, pois nestes dois anos e meio do governo Dilma, o número de assentamentos de sem-terra caiu para seu menor nível, bem como o número de reconhecimentos de territórios indígenas e quilombolas. A aposta do atual governo está no agronegócio. Não é à toa que a presidenta Dilma tem se reunido frequentemente com a direção da CNA e com membros da bancada ruralista (a líder ruralista, Kátia Abreu, diz que se sente muito à vontade com a presidenta, pois há consonância de idéias entre as duas), e tenha se recusado sistematicamente a receber representações indígenas. Para estes ela não tem nada a oferecer, nem a garantia do cumprimento da constituição. Ao invés de conversar com eles, o governo tentou falar com a CNBB e convocou a CPT para que intermediassem na solução de conflitos.

Ao lado disto, os conflitos no campo estão aí como ficou registrado na edição de 2012 de Conflitos no Campo Brasil. A impunidade permanece intacta com a absolvição do mandante do assassinato do casal José Cláudio e Maria do Espírito, e a anulação da condenação do mandante do assassinato de Irmã Dorothy Stang. O agronegócio avança impunemente. Escola de um assentamento em Goiás foi pulverizada com venenos, levando crianças e professores a hospitais. Surge doença estranha em agricultores da América Central, muito possivelmente em decorrência da aplicação de agrotóxicos.

Contudo nossa esperança não desfalece. Aí estão as Romarias da Terra e das Águas proclamando que nosso Deus está ao lado dos pobres. É a juventude em acampamento e Romaria anunciando que o ser humano é Terra, está na Terra e depende da Terra, e denunciando tudo o que provoca a morte da Terra e dos seres vivos. É o jejum solidário em busca da dignidade dos filhos e filhas de Deus. É o vento novo que, com o papa Francisco, nos aponta que o concílio Vaticano II está de volta. São os profetas que querem manter o espírito de fidelidade a Deus e a seu povo.

O cantor popular nos convoca a “Amar a terra, e nela plantar semente, a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente”.



Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição



No dia 28 de maio, foi lançado na Câmara Legislativa de Goiânia, o relatório “Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição”. Produto de uma pesquisa realizada por Gilney Viana, coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, o relatório traz a história e a luta de 1.196 camponeses e camponesas desaparecidos ou mortos pela repressão, no período de 1.961 a 1988. Os dados do relatório têm como fonte, principalmente, a CPT, a Contag (Confederação Nacional de Agricultura Familiar) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Haiti por si: a reconquista da independência roubada

Fruto de um trabalho de 18 meses, o livro “Haiti por si: a reconquista da independência roubada” materializa um ideal da Agência de Informação Frei Tito para América Latina (Adital), de mostrar ao mundo e, principalmente, aos haitianos, um Haiti feito pelos próprios habitantes do país mais pobre das Américas. Prefaciado pelo Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel e com contribuição de Frei Betto, o livro-reportagem é o resultado de um intenso processo de pesquisas e entrevistas, que juntou jornalistas e colaboradores brasileiros, haitianos e de outras nacionalidades na tarefa de resgatar o sonho de soberania que ainda existe no país e em seu povo, mesmo depois de séculos de exploração e submissão aos interesses das potências capitalistas.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar,
Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.
www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom José Moreira Bastos Neto

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Isolete Wichinieski
Jane Silva

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO

EED



MZF

Missionzentrale der Franziskaner



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br



Ato público cobra fim da pulverização aérea de agrotóxicos no país

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida realizou ato público em Rio Verde, no estado de Goiás, no dia 5 de junho. A ação debateu os riscos da pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil e cobrou apuração rigorosa do caso de intoxicação ocorrido no início do mês de maio em uma escola rural do município. A pulverização aérea de agrotóxicos é a única forma de aplicação regulamentada no país. Para o coordenador nacional da Campanha contra os Agrotóxicos, Cléber Folgado, o método é o mais inseguro e irresponsável já que é impossível controlar a própria ação da natureza, como o vento, no momento da aplicação. Cléber destaca também que



Foto: Ilustração Latuff

as determinações previstas em lei não são respeitadas. “Os pilotos, as associações que prestam esse tipo de serviço às empresas, acabam muitas vezes desrespeitando por completo o que está na legislação quanto à distância dos mananciais de água e em relação à distância que deve ser mantida das comunidades rurais”, afirmou.

PEC do Trabalho Escravo recebe parecer favorável no Senado

Foto: Carmelo Fioraso



O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) entregou, no último dia 23 de abril, parecer favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional 57A/1999, que prevê o confisco de propriedades flagradas com mão de obra escrava, destinando-as à reforma agrária ou ao uso social urbano. Ele é o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. “Do ponto de vista da constitucionalidade da matéria, não há nada a objetar”, afirma o relatório. O senador ressaltou que “toda propriedade rural ou urbana deve cumprir sua função social e jamais poderá ser utilizada como instrumento

de opressão ou submissão de qualquer pessoa”. A PEC, aprovada na Câmara dos Deputados em maio do ano passado sob a numeração 438/2001, voltou para a sua casa de origem por ter sofrido modificações. Aloysio propôs a aprovação sem alterações. Aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a PEC 57A/1999 segue para o plenário do Senado para ser apreciada em dois turnos. Caso receba dois terços dos votos dos senadores, será promulgada. Se receber alterações, voltará para a Câmara dos Deputados. A expectativa do governo federal é de que a proposta seja colocada em votação ainda neste semestre.

CPT Marabá denuncia terras públicas em fazendas do grupo Santa Bárbara

A CPT de Marabá fez um estudo em quatro das 50 fazendas pertencentes ao grupo Santa Bárbara, que demonstrou que mais de 70% da área dessas fazendas é área pública. Em nota emitida pela Pastoral, o departamento jurídico da entidade relata que, segundo as pesquisas feitas, ficou comprovado que 71,81% da área é composta por terras públicas federais e estaduais. O estudo foi feito nas fazendas: Cedro e Itacaiúnas (localizadas no município de Marabá), Castanhais e Ceita Corê (localizadas nos municípios de Sapucaia e Xinguara). Os quatro imóveis juntos possuem uma área total de 35.512 hectares e, de acordo com o levantamento feito, desse total, de 25.504 hectares

não há qualquer comprovação documental de que tenha havido o regular destaque do patrimônio público para o particular, ou seja, mais de 2/3 da área é constituída de terras públicas federais e estaduais. O ITER-PA e a Ouvidoria Agrária Nacional já foram informados da situação e um processo foi instaurado para apurar o caso. Há seis anos que cerca de 650 famílias ligadas ao MST e à FETAGRI estão acampadas em quatro fazendas do grupo Santa Bárbara (Cedro, Itacaiúnas, Maria Bonita e Castanhais), esperando serem assentadas. Os 25.504 hectares de terras públicas ocupados ilegalmente pelo Grupo dariam para assentar cerca de 600 famílias.

MPF denunciou pecuarista e cartorária por venda de lotes da reforma agrária

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou cinco pessoas à Justiça Federal pela venda ilegal de lotes de reforma agrária do assentamento Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará, onde foi assassinado o casal José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, em 2011. Entre os denunciados, está o pecuarista José Rodrigues Moreira, acusado de ser o mandante do assassinato do casal de extrativistas e que foi absolvido durante julgamento do caso, realizado em abril deste ano. José Rodrigues Moreira foi denunciado por invasão de terras públicas e pelo incêndio criminoso da moradia de um dos agricultores expulsos do

assentamento. Caso condenado, o denunciado pode ser punido com até oito anos de reclusão e multa. O MPF denunciou ainda a esposa e a sogra do pecuarista, também suspeitas de invasão e ocupação de terras públicas; uma cartorária de Marabá, suspeita de ter praticado estelionato por ter vendido terra pública como se fosse própria, e mais um homem, suspeito de ser um co-autor do incêndio criminoso. Se condenadas, a esposa e a sogra de José Rodrigues Moreira poderão ter que cumprir pena de até três anos de detenção. No caso da cartorária, a pena se aplicada, segundo o pedido do MPF, pode atingir seis anos e oito meses de reclusão e multa.

Jornada Unitária de Lutas em MS realiza grande marcha até Campo Grande

Foto: CPT Mato Grosso do Sul

Organizada pelos movimentos sociais populares de Mato Grosso do Sul, a Marcha dos Povos da Terra, desde Anhanduí, a 60 km de Campo Grande, em direção à capital do estado, teve início no dia 3 de junho, com aproximadamente mil pessoas, chegando ao seu destino no dia 6. A marcha foi organizada pela Jornada Unitária de Lutas no estado, no início desse ano, mas acabou se realizando num momento histórico e estratégico de luta no estado, em que os indígenas, em especial o Povo Terena, decidiram dizer basta às mentiras do governo brasileiro, e à violência incentivada com o silêncio conivente do Governo do Estado, inimigo declarado dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. A marcha dos Povos da Terra, junto com os estudantes, militantes de sindicatos, entidades e organismos



de defesa dos direitos humanos, teve como objetivo reivindicar a demarcação das terras indígenas, titulação e demarcação dos territórios quilombolas e exigir a reforma agrária que está totalmente parada no Estado. O Tribunal Popular da Terra, um dos organizadores da marcha, tem sido um dos espaços mais importantes nos dois últimos anos nesse processo de articulação, diálogo e unidade dos Povos da Terra em Mato Grosso do Sul.

CONCÍLIO VATICANO II

Com o Papa Francisco o Concílio está de volta?

Por que, após 50 anos, o Concílio Ecumênico Vaticano II ainda é objeto de contendas interpretativas, de recusas, num difícil processo de recepção?

PE. FLÁVIO LAZZARIN*

Fernand Braudel propôs uma resposta a essa pergunta, quando, anos atrás, sintetizou de forma lapidar o processo que sempre acompanha períodos históricos de mudança: “a mudança sempre cai de antemão numa cilada e, se consegue suprimir um pedaço considerável do passado, é preciso que esse pedaço já não tenha uma resistência excessiva, que já se tenha desgastado por si mesmo. Na verdade, a mudança adere a não mudança, segue as fraquezas desta, utiliza suas linhas de menor resistência. Sempre há compromisso, coexistência, ajustes, e não menos, querelas, conflitos. Nessa divisão constante entre o pró e o contra, há, de um lado, o que se move, do outro o que se obstina a ficar no mesmo lugar”, (BRAUDEL, Fernand. “Escritos sobre o presente”. In: Reflexões sobre a História. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 357).

É indiscutível a mudança radical que o Concílio propõe: o evento, junto com a robusta e coerente arquitetura de suas Constituições dogmáticas e pastorais, altera a linguagem, o estilo, a eclesiologia, a hermenêutica bíblica, a abordagem do ecumenismo e das relações com “o mundo”, que tinham caracterizado séculos de história eclesial, ancorados ao legado do Concílio de Trento, aos anátemas e condenações do Vaticano I e às perseguições da cruzada contra os modernistas.

E nós, católicos latinoamericanos, aprendemos com sofrimentos e feridas como se dá o choque entre a mudança, profeticamente inspirada pelo Evangelho de Jesus e a resistência de quem não só se obstina a ficar no



mesmo lugar, mas também quer voltar às ilusórias seguranças do passado.

Agora, Papa Francisco, com os seus gestos simples e inéditos para as formalidades curiais, suscita emoções, esperanças e renova, em muitos setores da Igreja Católica, o sonho da retomada da profecia de João XXIII e do Concílio. O nome escolhido, Francisco, é quase a sua primeira encíclica e evoca a profecia, ao longo dos séculos domesticada e esquecida, do pobre de Assis. As suas palavras sobre a centralidade evangélica dos pobres e sobre a Igreja pobre parecem ecoar as intuições e as práticas libertadoras da caminhada, perseguida e esquecida, das comunidades da nossa Pátria Grande. Será que é assim mesmo?

De imediato, pensei um primeiro comentário à escolha do nome: não é possível, hoje como ontem, pensar Francisco sem Clara. Fraternidade e sororidade universal: a emergência e

o protagonismo das mulheres dentro e fora da Igreja.

E sobre os pobres: são os pobres enquanto carentes, doentes e abandonados, que apelam para o serviço caridoso dos cristãos, ou os pobres enquanto injustiçados e oprimidos, que revelam o rosto de Jesus perseguido, condenado, crucificado e ressuscitado. Empobrecidos que exigem a nossa conversão e solidariedade com suas resistências e lutas? Eu sei que é difícil conciliar Madre Teresa de Calcutá e Dom Oscar Arnulfo Romero: o protagonismo da Igreja e o protagonismo dos empobrecidos. Eu sei que, para muitos, é impossível aceitar uma caridade subversiva, anticapitalista.

E será que o Bispo de Roma tem nas suas palavras e nos seus gestos a efetiva capacidade de mudar, sozinho, as conjunturas eclesiais?

Acredito na continuidade de um processo inevitável e dialético de

mudança e de conservação. As resistências de quem não quer mudar vão continuar, até porque os Bispos ordenados nestes últimos 33 anos dos pontificados de João Paulo II e Bento XVI poderão ser substituídos - se houver modificações significativas nos critérios de escolha! - muito devagar, demorando décadas.

Os sonhos de justiça, de fraternidade, de transformações econômicas, sociais, políticas e ambientais; o protagonismo dos empobrecidos e a vocação fundamental de cada batizada e batizado; sinodalidade e colegialidade; Igreja missionária e itinerante; serviço versus poder; reforma da Cúria e das cúrias; renúncia aos constitutivos compromissos de Estado, que acorrentam a profecia... Quantos sonhos e quantos desafios! E quanto tempo!

CONFLITOS NO CAMPO

Aumento dos conflitos de terra, assassinatos e conflitos pela água são destaque do relatório anual da CPT

Na tarde de 22 de abril, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou, durante ato no Acampamento Hugo Chávez, ao lado do Incra do DF, em Brasília, a 28ª edição da publicação Conflitos no Campo Brasil 2012.

CRISTIANE PASSOS*

No ato foram apresentados os dados de conflitos no campo no ano de 2012, que somaram 1.364, os conflitos especificamente por terra 1.067, e os assassinatos, foram 36 nesse último ano. Um aumento de 24% em relação ao ano de 2011. Rondônia foi o estado em que mais se assassinou devido a disputas por terra, com nove casos. Em seguida, vem o Pará (6) e em terceiro lugar o Rio de Janeiro (4).

Além disso, Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT destacou que desses assassinatos, 7 já haviam recebido ameaças de morte. O que demonstra que está se cumprindo as promessas de morte nos conflitos no campo, em detrimento da inoperância do Estado nesses casos. Além disso, Canuto destacou a impunidade que persiste em nosso país, e que ficou clara na absolvição do mandante do assassinato do casal de extrativistas de Nova Ipixuna (PA), José Cláudio e Maria do Espírito Santo, em julgamento realizado no início do mês de abril. O casal já havia recebido várias ameaças de morte.

De acordo com os dados da CPT, desde o ano 2000, 54 das 427 pessoas assassinadas foram após receberem uma

ou mais ameaças de morte. 295 pessoas foram ameaçadas de morte em 2012. Os conflitos pela água subiram de 68, em 2011, para 79 nesse último ano. A CPT registrou, também, conflitos em tempo de seca em 2012. Ocorreram 36, em seis estados do país, sendo cinco deles na região Nordeste. Metade do total de conflitos ocorreu em Pernambuco. 18 deles.

Houve, ainda, um aumento expressivo no número de tentativas de assassinato. Passou de 38, em 2011, para 77 em 2012. Carlos Walter Porto Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) destacou as comunidades tradicionais como foco das ações de violência no campo.

Rosimeire dos Santos, quilombola representante do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, compartilhou a situação atual do quilombo, de tensão e opressão que sofrem por ação da Marinha. Segundo Rosimeire, “perdi pessoas da minha família e outros quilombolas, pois não podíamos ter acesso à saúde. A Marinha nos impedia de ir buscar atendimento”. O Quilombo vive um processo de tensão com a Marinha há muitos anos, que não reconhece o direito deles sobre o território que ocupam há séculos.

Em 2012, a CPT registrou 170 casos de trabalho escravo no campo, com

2.077 libertados. A região amazônica concentrou a maior parte dos casos, 111. A mesma região se destacou, ainda, por concentrar 489 dos 1067 conflitos por terra, assim como 58,3% dos assassinatos, 84,4% das tentativas de assassinatos, 77,4% das ameaças de morte, 62,6% de presos por conflitos e 63,6% de agressões. Em contrapartida, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste houve crescimento no número de despejos.

Mística e intervenção de dom Tomás Balduino lembram os mortos no campo

O momento celebrativo que abriu o ato de lançamento dos dados dos conflitos lembrou os militantes assassinados em conflitos no campo em todo o Brasil. Dom Tomás Balduino, conselheiro per-

manente da CPT, também destacou a importância da memória desses lutadores e lutadoras, e como a ainda viva esperança daqueles que estão no acampamento Hugo Chávez, anima a luta.

Alexandre Conceição, da direção nacional do MST, chamou a todos, em um abraço coletivo, a garantir a unidade da luta no campo, em prol da libertação da terra e da garantia do direito a terra e territórios. O ato reuniu os militantes do MST acampados no acampamento Hugo Chávez, representantes da CPT, da Cáritas, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Contag, representante do Greenpeace e da Via Campesina Sul América.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Lançamento do livro Conflitos no Campo Brasil 2012 nos estados

A CPT Acre realizou, no dia 30 de abril, no auditório da Assembleia Legislativa do Estado (ALEAC), o lançamento da publicação Conflitos no Campo Brasil 2012. O ato contou com a presença das populações tradicionais, representantes de entidades, ONGs, órgãos governamentais, Secretaria estadual de Direitos Humanos, Prefeitura de Rio Branco, MPE, Procuradoria Agrária, estudantes, deputados e sindicatos. A CPT Rondônia lançou o relatório na arquidiocese de Porto Velho (RO), em ato realizado no dia 06 de maio. A atividade foi presidida pelo bispo acompanhante da CPT no estado, Dom Benedito de Araújo, pelo arcebispo de Porto Velho, Dom Esmeraldo Farias, pelo Pastor Jorge, representante do Sínodo da Amazônia da Igreja Luterana no Brasil, por José Pinto de Lima, representando a Coordenação Colegiada, Rose Mary Cândido, representando o CIMI, e,

ainda, por Maurício Arza Galasua, liderança representando os agricultores.

No Ceará, o relatório foi lançado no dia 8 de maio, no auditório da FETRAECE. Em 2012, os conflitos no Ceará apresentaram uma leve queda, se comparados a 2011. Porém, apesar da diminuição no número de conflitos, aumentaram o número de pessoas envolvidas. Esse aumento no número de pessoas envolvidas deve-se ao fato de que, em 2012, a tônica foi dada pelos conflitos pela água e em tempos de seca.

No dia 28 de maio, a CPT de Mato Grosso lançou o Caderno de Conflitos durante ato realizado no auditório da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Segundo os dados, 21 pessoas receberam ameaças de morte no estado, em 2012. 18 delas são indígenas das etnias xavante e myky.



Foto: CPT Nacional

ARTIGO

Rondônia, entre a demanda por terra e a repressão

JOSÉ IBORRA*

Após dois anos marcados pela pistolagem, pelas ameaças e pelas mortes, agora Rondônia parece ter entrado numa fase de intensa repressão dos movimentos no campo, mas também de incremento da demanda de terras para as famílias de pequenos agricultores.

Mesmo sem aumentar os conflitos, em 2012 estes atingiram violentamente muito mais famílias, especialmente posseiros despejados de suas terras e lavouras, com o registro de 09 mortes em nosso estado, que converteram Rondônia no estado brasileiro onde mais se matou em 2012. Para a CPT está comprovado que todas estas mortes tiveram causa agrária, atingindo históricas lideranças camponesas, como Orlando Pereira Sales, o Paraíba, do Acampamento Paulo Freire de Seringueiras (+29/11/12, em Nova Brasilândia). Apenas um dos autores das nove mortes foi preso e outro está foragido. A maioria de autores e mandantes sequer foi identificada, como no homicídio de Renato Nathan, professor assassinado em Jacinópolis, nas proximidades de Buritis, onde existem suspeitas de envolvimento de policiais, que não estão sendo apuradas até o presente momento.

Parte dos conflitos se concentra na divisa do estado do Amazonas, refletindo o avanço da fronteira agrícola e do desmatamento no interior da floresta amazônica, com grilagem de terras e poderosos interesses na extração clandestina de madeira. Por outro lado em Rondônia também aumentou o índice de queimadas e desmatamento em 2012. No Sul do estado, os conflitos atuais refletem o avanço das grandes empresas de grãos e de eucalipto sobre as terras dos pequenos agricultores. Lá registramos as primeiras mortes por conflito agrário de 2013. A problemática em torno dos títulos provisórios inadimplentes

(CATP), em áreas ocupadas por pequenos posseiros, está provocando muitos despejos e conflitos.

Enquanto isso, a regularização fundiária promovida pelo Terra Legal, que deveria pacificar a região, está



Foto: CPT Rondônia

acirrando os conflitos pelo controle das terras públicas griladas. É a situação da Fazenda Riacho Doce, de Seringueiras, terra pública não documentada, onde o Incra tinha requerido a devolução das mesmas para reforma agrária. A confusão de competências criada entre Terra Legal, Incra, AGU e outras instâncias públicas tem contribuído para o aumento da inoperância na resolução dos numerosos processos, para proveito dos grandes grileiros. Segundo levantamento realizado das terras registradas pelo INCRA em Rondônia, estas têm superfície superior à área total de todo o estado.

Em meio a esta confusão, a atuação do Judiciário costuma ser muito parcial: os processos de domínio (sobre propriedade) promovidos pelo INCRA para retomada de latifúndios grilados ou inadimplentes, demoram anos para serem analisados. Além disso, chega-se ao absurdo de que até assentados do INCRA têm sido tratados como invasores de terra pelo juiz federal Agrário de Porto Velho, Herculano Nazif.

As demandas de reconhecimento

dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais continuam estancadas ou movendo-se lentamente, ficando abandonadas e invadidas. A função social da terra, exigida à propriedade pela Constituição Brasileira, dificilmente é levada em conta. Rondônia hoje é um estado ocupado pelo latifúndio: três quartas partes da terra dedicada à agricultura estão nas mãos dos grandes proprietários. A maior parte delas improdutivas, e, inclusive, com mais da metade dos pastos em estado avançado de degradação.

O governador Confúcio Moura, que no começo do mandato admitiu preocupação com os conflitos agrários, parece ter optado pela linha de repressão dos movimentos sociais. A criminalização atingiu especialmente o sindicato de Vilhena, com a prisão do seu presidente, Udo Wahlbrink, e outros apoiadores dum grupo de posseiros de Chupinguaia, que perderam tudo após mais de dez anos de legítima ocupação e que hoje estão acampados e

avançar para os poderosos da região, flagrados com jagunços armados e tendo baleado diversos acampados.

A criminalização também continua muito forte em 2013, especialmente na região de Ariquemes e de Jaru. Aqui a polícia militar foi denunciada por maltratar detidos e queimar barracos dos acampados. Em Buritis, a PM chegou a deter supostos sem terra antes mesmo de terem ocupado alguma área. A atuação da Ouvidoria Agrária e da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, presidida pelo desembargador José Gercino, também parece se destacar mais pela repressão dos movimentos sociais, do que por coibir a violência dos poderosos, apoiar a reforma agrária e o efetivo “estado de direito” para os pequenos. Mesmo com a boa disposição da Defensoria Pública Agrária do estado, que tem conseguido deter algumas reintegrações de posse, não há a infraestrutura prometida para trabalhar.

Por outro lado, o trabalho preventivo da Campanha Contra o Trabalho Escravo, da CPT RO e Pastoral do Migrante, e uma efetiva fiscalização,

Rondônia conta com mais nomes registrados na Lista Suja do Trabalho Escravo. Mostra assim o que acontece no fundo das fazendas e em algumas obras do PAC das Usinas do Madeira, que foram denunciadas em audiência pública organizada na Arquidiocese de Porto Velho.

É bem possível que o aumento de famílias à procura de terra esteja ligado à redução do número dos operários na construção das usinas. Em 2013 aumenta a tendência de novas ocupações, enfrentando a repressão, a criminalização e as dificuldades experimentadas pelos movimentos sociais organizados.



Foto: CPT Rondônia

sem terra, na entrada da cidade. O fazendeiro que comprou a área hoje ocupa uma das casas construída pelos ocupantes. Após tentativa de retomada, no qual resultou em um pistoleiro ferido, eles foram condenados, somando 150 anos de penas de prisão. Em contraposição, nem inquiridos, nem processos parecem

* do Projeto de Articulação das CPT's da Amazônia e CPT RO.

INJUSTIÇA

Mandante do assassinato do casal de extrativistas no Pará é absolvido

O júri popular, realizado na primeira semana do mês de abril, em Marabá (PA), absolveu José Rodrigues Moreira, apontado pelo Ministério Público como mandante da morte do casal de extrativistas, José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, em maio de 2011 no assentamento Praia Alta-Piranheira, em Nova Ipixuna, no sudeste do Pará. O mesmo júri condenou a 42 anos e oito meses o irmão dele, Lindonjonson Silva Rocha, por ter armado a emboscada, e Alberto Lopes Nascimento, a 45 anos, como autor do duplo homicídio.

Representantes de movimentos sociais e sindicalistas, que há dois dias montavam acampamento em frente ao Fórum, protestaram contra a decisão, fechando a rodovia Transamazônica e apedrejando o Fórum onde foi realizado o julgamento. A parcialidade do juiz ficou comprovada em sua declaração no texto da sentença final, ao afirmar que “o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural”.



Foto: N.I.N.J.A

Os depoimentos das testemunhas de acusação, que relataram detalhes sobre as ameaças que o casal vinha sofrendo, além das provas apresentadas pela perícia em uma máscara de mergulho na qual foram encontrados fios de cabelo dos condenados, pesaram na decisão dos jurados, apesar de a defesa deles ter

tentado desmontar a tese de homicídio duplamente qualificado.

A testemunha Nilton José Ferreira de Lima contou que conversava com um amigo em área próxima do local onde ocorreu o crime quando apareceram dois homens em uma motocicleta, que o abordaram pergun-

tando onde ficava a saída em direção à estrada mais próxima. “Eu apontei a saída e eles foram embora”, disse Lima, acrescentando ter estranhado o fato de os dois homens estarem usando capacetes, o que não é comum nos motociclistas do interior do Pará. O juiz perguntou se Lima seria capaz de reconhecer os ocupantes da moto e ele respondeu que sim, apontando o dedo para Lindonjonson Rocha, sentado no banco dos réus. As outras testemunhas contaram que o casal recebia ameaças de fazendeiros da região e citaram o nome de José Rodrigues como um dos envolvidos.

Os promotores de Justiça Danyllo Colares Pompeu e Bruna Rebeca Paiva de Moraes sustentaram que o crime foi motivado pelo interesse de José Rodrigues no lote de terra, que ele havia adquirido de maneira irregular no assentamento Praia Alta-Piranheira. O lote era ocupado por uma pessoa que tinha o apoio do casal para permanecer na área. O acusado de ser o mandante do crime havia dito para várias pessoas que, se perdesse a terra, “isso iria sair muito caro para os líderes do assentamento”.

Anulada condenação do mandante da morte de Irmã Dorothy

Menos de um mês após o julgamento do assassinato do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, o STF anulou a condenação do mandante do assassinato de irmã Dorothy Stang.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 14 de maio, pela anulação da condenação de Bida, em júri realizado em abril de 2010. Vitalmiro Bastos é acusado de ser o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Ele foi condenado a 30 anos pelo crime.

“A decisão do STF é absurda. Dá amparo a uma estratégia da defesa que queria impedir que ele fosse levado ao tribunal do júri. Essa argumentação não merece crédito. Infelizmente

decisões como essa do Supremo só contribuem com o aumento da violência no campo e na continuidade da impunidade que existe no campo, principalmente no assassinato que tem o mandante do crime”, declarou o advogado da CPT no Pará, José Batista Afonso.

O advogado de defesa de Bida, Arnaldo Lopes, afirma que o prazo para elaboração da defesa foi insuficiente. “O juiz me expulsou do júri. A defensoria insistiu no julgamento”, afirmou ele. Entretanto, para a CPT Marabá essa foi uma manobra orquestrada pela defesa de Bida na tentativa de impedir a realização do júri naquele período.

O representante de Vitalmiro entrou com pedido para revogar a prisão preventiva do cliente. De acordo com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará

(TJE), a decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) foi encaminhada para a 2ª Vara do Tribunal do Júri, em Belém, que deverá remarcar o julgamento conforme a disponibilidade da agenda. A previsão é que o julgamento seja marcado para o segundo semestre deste ano. Com base na decisão do STF, os ministros decidiram manter o réu preso.

Em Nota, a CPT Pará declarou que: “Com a decisão do Supremo, o fazendeiro Bida, irá a júri pela quarta vez. Uma vergonha! Situação que parece mais com enredo de novela do que com atuação de justiça séria. Fato que só aumenta o descrédito da sociedade em relação ao poder judiciário. Decisão como essa fortalece ainda mais a situação de impunidade que prevalece em relação aos crimes praticados contra os trabalhadores

(as) rurais e suas lideranças, a mando de latifundiários”.

Além disso, a Pastoral ressaltou que ações da Justiça nesse sentido só intensificam a já tão propalada impunidade nos crimes no campo. “Cabe agora ao Poder Judiciário paraense marcar nova data para o julgamento e manter o acusado preso. Bida, o Coronel Pantoja e o Major Oliveira são os únicos mandantes de crimes no campo, condenados pela Justiça paraense, e que se encontram cumprindo pena, num universo de mais de 800 assassinatos ocorridos no Pará nas últimas décadas. A lamentável decisão da mais alta corte de justiça desse país serve apenas para agravar ainda mais os conflitos e as mortes no campo brasileiro” finalizou a Nota.

Primavera Indígena

ANTÔNIO CANUTO*

Em torno a 500 índios de diferentes etnias, corpos pintados, ornamentos na cabeça, maracás nas mãos, no dia 16 de abril, ocuparam o Plenário da Câmara dos Deputados. Parlamentares assustados, paralisados, muitos correndo. Enquanto os atônitos deputados buscavam entender o que acontecia, os índios dançavam e cantavam no plenário. Um espetáculo para marcar as histórias do Congresso Nacional e do Brasil. A casa onde, de muitas formas, se tenta restringir os poucos direitos conquistados, se torna a casa dos povos indígenas que falam em alto e bom som que eles existem e merecem respeito.

Os índios exigiam a suspensão da Proposta de Emenda Parlamentar PEC 215/00, que quer transferir a competência pela demarcação das terras indígenas que constitucionalmente é da Presidência da República, para o Congresso. A pressão contra os povos indígenas no Congresso cresce e se avoluma como uma avalanche. As demandas dos ruralistas lá encontram ressonância e amplificação através da Frente Parlamentar da Agropecuária.

“Governo, nós voltamos”

A avalanche que se forma no Congresso, se amplia no Judiciário, sempre ágil e rápido na emissão de liminares e sentenças a favor dos automeados “proprietários”, e se soma à que vem do próprio poder Executivo. A visão “desenvolvimentista” dos últimos governos quer impor a ferro e fogo seus projetos de construção de hidrelétricas, de exploração minerária, de construção de vias de comunicação, como essenciais ao país, dando pouca ou nenhuma atenção às comunidades que serão afetadas.

No final de 2012, uma aldeia Munduruku foi invadida pela polícia fe-

Foto: Resistência Terena



deral, sob a alegação de combate a garimpo ilegal, resultando na morte de um índio. O objetivo da ação era minar a resistência dos indígenas à construção de barragens no Tapajós.

Como a estratégia não surtiu o efeito desejado, em 12 de março, a presidenta Dilma baixou decreto nº 7957/2013, dando poderes aos ministros de Estado de convocar a Força Nacional em qualquer situação que avaliassem necessário. Decreto baixado, a Força Nacional foi acionada para estar presente na região do Tapajós para garantir os estudos que são desenvolvidos em vista da construção das barragens.

Os índios exigem ser ouvidos, conforme está previsto na legislação brasileira e em tratados internacionais assinados pelo Brasil. Uma reunião com os Munduruku, que o governo aceitou fazer e que os índios exigiam fosse realizada na aldeia Sai Cinza, não aconteceu. Os representantes do governo, cercados de um forte esquema de segurança, chegaram até Jacareacanga, Pará, mas se recusaram a ir à aldeia Sai Cinza. Só entregaram a vereadores Munduruku a proposta impressa. Indignados, os indíge-

nas queimaram o documento. E partiram para a ação.

Em 2 de maio, ocuparam o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte. A resposta do governo e da empresa Norte Energia, responsável pela obra, veio rápida por meio da justiça. Liminar decretou a desocupação da área, inclusive com o uso da força e proibiu a entrada de jornalistas que faziam a cobertura da ocupação. Antes, o deputado federal Padre Ton fora dissuadido de se reunir com os índios e a entrada de alimentos, vedada. A liminar para retirada dos indígenas era baseada em relatório da delegada da Polícia Federal de Altamira, esposa do advogado da Norte Energia, que pintava um quadro de violência e agressões por parte dos índios. A liminar foi suspensa quando outro relatório demonstrou que a ocupação era pacífica e que os índios estavam dispostos a deixar o local. O que realmente aconteceu, com a promessa de que seriam ouvidos pelo governo.

A promessa, no entanto, não se cumpriu e, em 27 de maio, os indígenas voltaram a ocupar o canteiro de Belo Monte. Em documento que eles identificaram como Carta nº 7, “Governo, nós voltamos”, eles expõem o que os levou a esta nova ocupação: “O seu governo disse que se nós saíssemos do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos pacificamente – e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu. Nós chamamos pelo ministro Gilberto Carvalho e ele não veio. Esperar e chamar não servem para nada. Então nós ocupamos mais uma vez o seu canteiro de obras. Não queríamos estar de volta no seu deserto de buracos e concreto. Não temos nenhum prazer em sair das nossas casas nas nossas terras e pendurar redes nos seus prédios. Mas, como não vir? Se não viermos, nós vamos perder nossa terra”.

Mais uma vez a justiça determina a retirada dos indígenas. E eles se recusam a sair. Há um intrincado processo de negociação. Os índios liberam os trabalhos, mas permanecem na área. Gilberto Carvalho se

recusa em ir ter com eles, e propõe recebê-los em Brasília. Em aviões da FAB, 140 indígenas são levados a Brasília e se reúnem no dia 4 de junho com o ministro da Secretaria Geral da Presidência. Um diálogo de surdos... o governo não abre mão da construção de Belo Monte, mas promete mais cuidado daqui para frente. “Estavam ironizando a gente. O ministro diz que concorda que Belo Monte teve erros, mas que quer corrigir lá no Tapajós. Diz que os erros do passado servem para não cometer erros no futuro. Diz ainda que estamos ensinando o governo. Gilberto tira sarro da gente ao dizer isso”, indignou-se Jairo Saw, porta voz do cacique geral Munduruku.

“Queremos voltar às nossas terras”

Nas regiões Sul e Centro-Oeste onde os índios lutam para reconquistar pequena parte dos territórios dos quais foram espoliados, se desenvolve uma outra frente de batalha com os ruralistas.

No Mato Grosso do Sul esta reconquista ganha dimensões dramáticas. Terena e Guarani-Kaiowá vivem encurralados, há anos em diminutas áreas superpovoadas e discriminados pelos processos que tentaram aniquilá-los para abrir novas fronteiras de “desenvolvimento” no interior do país. (Ver Box ao lado). As ocupações das terras que lhes foram usurpadas são taxadas de invasões, de esbulho de propriedades.

Em 15 de maio, os Terena ocuparam uma área reivindicada há décadas e declarada, em 2010, de ocupação tradicional indígena, em Sidrolândia, MS, a fazenda Buriti. “Há registros históricos de que, em 1937, uma comissão de índios viajou por conta própria até o Rio de Janeiro para reivindicar de forma pacífica as terras da área do Buriti”, diz o antropólogo Levi Marques, de Dourados (MS).

Como de costume a justiça foi rápida em decretar a reintegração de posse. A efetiva desocupação ocorreu, no dia 30 de maio, com a morte do índio Oziel Gabriel

OS TRADICIONAIS

Foto: Resistência Terena



e com vários outros feridos pela polícia federal. A reação dos Terena não se fez esperar. No dia seguinte, a fazenda Buriti foi reocupada e uma nova área em Aquidauana, foi ocupada. Poucos dias depois, outras duas áreas próximas à fazenda Buriti foram ocupadas. Novas liminares de desocupação foram expedidas, com prazo de 48 horas, depois estendido. Enquanto isso, na fazenda São Sebastião, pistoleiros abriram fogo contra os índios, atingindo Josiel Gabriel Alves, que corre o risco de ficar tetraplégico. Diante do crescimento da violência, o ministro da Justiça determinou a ida da Força Nacional para a região, e ele mesmo foi à área para sentir de perto a situação.

Os fazendeiros, por sua vez, declaram guerra. Francisco Maia, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e da Frente Nacional da Pecuária (Fenapec), disse à Folha de São Paulo de 06 de junho: “Alguns produtores estão armados nas suas propriedades, não vão sair e vão enfrentar os índios. Isso que aconteceu, de morrer um índio, pode ser pouco diante do que se anuncia. Estamos falando de um massacre iminente. Vai morrer mais gente. Vai ter mais sangue”.

Índigenas bloqueiam estradas e ocupam sede do PT

A mesma situação de conflito se repete nos três estados do Sul. Os índios reivindicam várias áreas das quais foram espoliados, muitas delas ocupadas por pequenos e médios produtores rurais. A Funai, que vinha elaborando estudos em vista do possível reconhecimento destes territórios, passou a ser atacada pelos ruralistas. E o governo capitulou diante deles. A

presidenta Dilma determinou a revisão dos procedimentos a cargo da Funai.

Em 8 de maio, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hofmann, afirmou em audiência na Câmara dos Deputados, que a ação dos índios é incentivada por grupos com outros interesses e desqualificou o trabalho da Funai, dizendo ser necessário que outros órgãos governamentais opinem sobre os estudos feitos. Repetiu o velho discurso do tempo da Ditadura: “O governo não pode concordar com propostas irrealistas que ameaçam ferir a nossa soberania e comprometer o nosso desenvolvimento”.

Não foram só palavras. Os estudos da Funai no Paraná foram suspensos e se definiu que os mesmos devem ser analisados e acompanhados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esta proposta evoluiu. O reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas devem ser feitos de comum acordo com os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente e outros. Algo que soa como a colocar as raposas para tomarem conta do galinheiro.

Os índios do Sul não se agradaram destas medidas. Por dias consecutivos, desde 3 de junho, no Paraná e no Rio Grande do Sul protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras, bloqueando diversas rodovias. No Paraná a sede do PT foi ocupada, em Curitiba, e no Rio Grande do Sul foram realizados protestos diante do Palácio Piratini.

Toda esta movimentação está colocando os índios no centro da cena. Assumem o protagonismo da luta social contra o modelo imperante. Estaremos diante de uma Primavera Indígena?

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

Relatório Figueiredo

É o relatório da Comissão de Investigação do Ministério do Interior, presidido pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, sobre os desmandos e a Corrupção no Serviço de Proteção ao Índio, SPI, concluído em 1968, e que foi localizado 45 anos depois praticamente intacto no Museu do Índio. Um documento que impressiona pelo registro de atrocidades cometidas contra os índios.

Nas folhas 3780 a 3785 dos autos deste processo está o depoimento do Sr. Helio Jorge Bucker, então Chefe da 5ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção ao Índio, Mato Grosso, tomado em 19/11/1967, em Campo Grande, onde aponta autoridades e políticos que se apossaram de terras indígenas no antigo estado do Mato Grosso. A seguir alguns tópicos deste depoimento:

- “Que as maiores irregularidades que conhece no SPI se referem ao esbulho de terras indígenas praticados por grupos políticos e econômicos;
- Que no sul de Mato Grosso, por uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, foi desapropriada toda a área dos KADIUEUS, (sic) que ficaram reservados a uma zona de charcos onde não poderiam sobreviver por ocasião das enchentes; [todos os deputados requereram as terras desapropriadas para pessoas de suas famílias, diz]
- que existe ainda o caso dos índios Kaiuá (sic), na região de Dourados, onde o Estado novo criou uma zona de colonização, e desapropriou as terras dos índios deixando-os absolutamente sem qualquer gleba; que o SPI nada conseguiu e teve que comprar 2 lotes com 30 has, a fim de localizar os selvícolas (sic);
- que os Xavantes foram escorçados (sic) por fazendeiros na região de Três Lagoas, próxima ao Rio Paraná; que isso determinou a extinção (sic) da tribo que ali habitava;
- que a aldeia Moreira no Município de Miranda, ficou reduzida a 57 has para 78 índios Terenos (sic);
- que a área de Limão Verde, também dos Terenos (sic), tem sido invadida ... pela ação dos prefeitos do Município de Aquidauana; que o mesmo caso ocorreu na aldeia Passarinho dos índios Terenos (sic), no município de Miranda;
- que os Bororos foram expulsos das suas terras no município de Poxoréu;
- que os Bororos da área de Tereza Cristina, foram espoliados de suas terras apesar de possuírem Decreto de Reserva, dado pelo governo do Estado e demarcados pelo Marechal Rondon e aprovados pelo governador Antonio Correa da Costa, em 27 de janeiro de 1.897; [Acréscita que o governador Fernando concedeu aos colonos 75 mil has, quando a área indígena era só 65 mil hectares, e que as terras usurpadas foram concedidas a parentes, políticos e até a juizes, e a outros figurões da política, da sociedade e da alta finança matogrossense. Cita o nome de vários. Afirma que um grupo econômico tentou suborná-lo, exibindo dois cheques assinados em branco para que ele sustasse ação em defesa do patrimônio dos índios].”

No depoimento de Helio Jorge Bucker, ainda é citado o esbulho de terras dos índios Nambiquara, Parecis, Tapaiunas; Erignipatza, (Canoeiro), Aras, Kaiabis, Cinta Larga. Sobre os Cinta Larga diz:

- “Que sofrem periodicamente o incurso de expedições punitivas que visam unicamente o extermínio do grupo e o seu afastamento da área que ocupa;
- Que no rio Arinos no norte de Mato Grosso, os índios Tapaiunas, também conhecidos como Beijo-de-pau foram envenenados por arcênico (sic) adicionado ao açúcar que receberam de presente;
- Que recorda ainda as trocidades e os requintes de perversidade cometidos por uma expedição organizada pelo senhor Junqueira, de Cuiabá; que a expedição exterminou uma taba indígena... mediante o uso de bombas e dinamite atiradas de avião sobre os selvagens; que os mateiros da mesma expedição exterminaram os remanescentes, sendo que estouraram a cabeça de uma criancinha a bala e penduraram a mãe do indiozinho pelas pernas e partiram-na a facão da virilha para a cabeça”.

Ele também trabalhou na Bahia e citou-o esbulho de terras dos Pataxó, e que lá houve “um verdadeiro genocídio através da contaminação pelo vírus da varíola”, com isso “a reserva indígena ficou desabitada porque sobrou só uma meia dúzia de selvícolas (sic).”

ARTIGO

Jejum solidário em busca da dignidade dos filhos e filhas de Deus

CARLOS LIMA*

O profeta Isaías, o mesmo que denuncia, com veemência, a concentração da terra: “Ai de vós que ajuntais casa com casa e ides acrescentando campo a campo, até chegar ao fim de todo o terreno”! (Is 5:8), nos convida a refletir sobre a importância do jejum e o seu significado. O profeta nos apresenta o jejum que agrada a Deus, um jejum que tem força espiritual, mas voltado ao próximo, ao coletivo. Ele faz referência às condições indignas em que vivem os pobres, que não têm o que comer, não têm onde morar, nem têm o que vestir, distantes de alcançarem a dignidade de filhos e filhas de Deus.

“O jejum que eu quero é este: acabar com as prisões injustas, desfazer as correntes do jugo, pôr em liberdade os oprimidos e desfazer qualquer jugo” (Is 58,6). “Repartir a comida com quem passa fome, hospedar em sua casa os pobres sem abrigo, vestir aquele que se encontra nu, e não se fechar à sua própria gente” (Is 58,7).

A partir da reflexão desta forma de jejuar, a CPT de Alagoas passou a realizar um jejum público em solidariedade às pessoas que passam fome e outras necessidades no mundo, em particular às famílias sem terra.

O compromisso de jejuar, inicialmente, seria dos agentes da CPT, religiosas e padres. O período definido foi o da quaresma, precisamente na sexta feira que antecede a Semana Santa. Assim, no dia 26 de março de 1999, nas escadarias do edifício Walmap, no centro de Maceió (AL), onde funciona o INCRA, vivíamos a nossa primeira experiência. Montamos um altar com um pedaço de lona preta, simbolizando as famílias sem-terra acampadas, uma cruz e pratos vazios. Permanecemos em jejum das 6h00 às 18h00.

Ainda em 1999, no dia 20 de junho, realizamos uma greve de fome em protesto contra a prisão arbitrária do coordenador da CPT da região da Mata Norte, que estava preso há 27 dias e o Tribunal de Justiça não julgava o pedido de *habeas corpus*. No segundo dia da greve de fome, o Tribunal concedeu a liberdade. Encerramos com uma celebração ecumênica. O que vivenciamos no primeiro jejum nos impulsionou, nos deu base na tomada de decisão da greve de fome que, apesar de ser anunciada como greve de fome, foi alimentada pela palavra de Deus e contou com presença dos agentes da CPT, trabalhadores, religiosas e do monge missionário do campo, João Batista.

Outro momento específico foi o jejum que realizamos em 4 de outubro de 2005, data dedicada a São Francisco, em sintonia com Dom Luiz Cappio, que iniciara sua greve de fome em defesa do Rio São Francisco e do povo ribeirinho, em 26 de setembro daquele ano. Na ocasião o jejum aconteceu na sala da CPT.

O primeiro jejum foi vivencia-

Foto: CPT Alagoas



Foto: CPT Alagoas

do pelos agentes da CPT, como ato de profissão de fé, se abstendo do alimento em solidariedade aos que passam fome e outras necessidades. Logo entendemos que precisaríamos fortalecer a experiência criando espaços de reflexão bíblica e com temas gerais, mas sempre tendo como foco os empobrecidos da terra. Assim o ato público de fé e solidariedade aconteceu em alguns locais: em frente e dentro do Tribunal de Justiça, em frente e dentro do INCRA, na Vara Agrária e em frente ao Palácio República dos Palmares, sede do governo de Alagoas e com diversos temas entre os quais: “A vida e o planeta necessitam de cuidados”, “Sem terra não há pão; Sem pão não há justiça; Sem justiça não há paz”, “É justiça que queremos!”, “A terra é de quem trabalha, já chega de tanto esperar”, e o último: “Solidários com os que sofrem com a estiagem”.

Aos poucos alguns trabalhadores e trabalhadoras começaram a participar, por iniciativa própria, no jejum e a nosso convite os pastores da igreja Batista do Pinheiro. Agentes, padres, religiosas, camponesas e camponeses

e pastores, reunidos a partir da Palavra, refletindo e denunciando o jugo, a fome, a corrupção.

O jejum é sempre finalizado com uma celebração na qual partilhamos o pão e o vinho, sinais de esperança em meio a tanta dor. Das celebrações, um momento marcante foi quando alguns meninos de rua participaram. Era em frente ao Tribunal de Justiça, num dia de muita chuva e frio, durante a partilha destinamos só o pão para eles e um protestou: “Jesus deu o pão e o vinho e vocês não querem dar o vinho”. Decidimos partilhar tudo entre nós.

Em 2014 celebraremos 15 anos de jejum, seria um sonho, um sonho bom, que nesta data algumas CPT's do Brasil se reunissem em jejum e oração em defesa do povo do campo, das águas e das florestas, que vivem ameaçados pelo grande capital. Este jejum, segundo o profeta Isaías, agrada a Deus.

*Coordenador da CPT Alagoas.

ROMARIAS

A história das Romarias das Águas e da Terra de Minas Gerais

PAULO ANDRÉ ALVES*

Em Minas Gerais há um histórico muito forte em relação a Romarias. Há romarias muito antigas, seja para Bom Jesus da Lapa, na Bahia, Divino Pai Eterno, em Goiás, ou para Aparecida, em São Paulo. É uma manifestação da fé do povo na caminhada. Assim também a Comissão Pastoral da Terra vem realizando Romarias da Terra por esse Brasil afora.

Antes, as várias regiões do Estado realizavam a Romaria da Terra de acordo com a realidade local. Estas romarias eram mais regionais e tinham como caráter central as lutas e os problemas locais. Mas, desde 1996, a Romaria das Águas e da Terra vem sendo celebrada com caráter estadual, sendo um momento de forte celebração da vida, onde a água e a terra são símbolos de santidade para alimentar em abundância de fé e de

pão, o povo de Deus na sua caminhada, tendo sempre São Francisco como patrono da romaria em busca de uma nova sociedade.

Nestas Romarias, além do anúncio acima não se pode esquecer de denunciar as mazelas do momento atual, como: a privatização das águas, a concentração das terras, e os grandes projetos de monocultura que escravizam os filhos de Deus a serviço da ganância e da ambição do capital. Mas, mesmo assim, há vitórias a celebrar.

Foram realizadas dezesseis Romarias das Águas e da Terra no estado de Minas Gerais. Para a realização de todas estas romarias, a CPT Minas Gerais sempre contou com o apoio e participação das dioceses com suas paróquias e pastorais, o apoio e parceria dos movimentos sociais organizados nas regiões e também no Estado. As missões populares realizadas em todas as romarias foi sempre um momento forte,

Foto: Eivaldo - CPT Minas Gerais



contando com a participação de agentes pastorais, agricultores familiares, estudantes, dirigentes dos movimentos organizados vindos de todo o estado. São realizadas visitas, celebrações, anúncio e denúncia junto às comunidades locais, orientadas

por uma cartilha própria organizada para este fim, valorizando sempre as trocas de experiências. Estas missões acontecem sempre na semana que antecede a romaria.

A décima sétima Romaria acontecerá em Miradouro, zona da mata, junto com a Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora Rural da diocese de Leopoldina, no dia 21 de julho próximo, com o tema “Juventude no campo ou na cidade: Defendendo nosso chão, nossa gente e a criação”. E para esta romaria convidamos todas as pessoas deste imenso Brasil que possam estar presentes conosco, celebrando a vida e denunciando as injustiças.

*Coordenador da CPT Minas Gerais.

Romarias pelos estados

“Terra, vida e cidadania, princípios do bem viver”. Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

A 36ª edição da Romaria da Terra reuniu mais de quinze mil romeiros de várias cidades do estado, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, no dia 12 de fevereiro. A caminhada movimentou 18 dioceses do Rio Grande do Sul e os jovens que fazem parte do trabalho no campo, e percorreu cerca de três quilômetros. Este ano, os romeiros pediram mais atenção para a agricultura familiar. O lema escolhido foi “Terra, vida e cidadania, princípios do bem viver”. O evento ocorre desde 1978 em uma cidade gaúcha diferente. Neste ano, estiveram presentes o governador do estado, Tarso Genro e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas. Segundo o vigário geral da Diocese de Caxias do Sul, padre Izidoro Bigolin, a Romaria celebra a caminhada do povo voltado para a agricultura, de modo especial o pequeno produtor. Para ele, a Romaria da Terra é a união entre o meio rural e urbano, já que envolve diversos segmentos que lutam pela vida.

XIII Romaria da Terra e da Água Padre Josimo

Na região do Bico do Papagaio, marcada pelo martírio do Pe. Josimo Moraes Tavares, aconteceu a XIII Romaria da Terra e da Água Padre Josimo, nos dias 10 e 11 de maio. De diversos lugares da região, de outras cidades e estados, uma multidão de romeiros e romeiras se reuniu em Esperantina (TO), para celebrar os 27 anos do martírio do Pe. Josimo, assassinado em Imperatriz (MA) no dia 10 de Maio de 1986, a mando de latifundiários da região do Bico do Papagaio (TO). Mulheres, homens, idosos/as e crianças proclamavam numa só voz: “Firmes na Terra, semeando vida”. Estavam presentes a mãe do Pe. Josimo, Dona Olinda, amigos que trabalharam com ele, indígenas Apinajé e Krahô, além de Dom Heriberto Hermes, bispo emérito de Cristalândia e Dom Felipe Dickman, bispo de Miracema do Norte.

“Cerrado e Sustentabilidade”. XV Romaria da Terra e das Águas do Estado de Goiás

A Romaria da Terra e das Águas do

estado de Goiás, realizada no dia 18 de maio, em Goianésia (GO), diocese de Uruaçu, região norte de Goiás, reuniu cerca de 10 mil pessoas, sob o tema “Cerrado e Sustentabilidade”. “Quero lembrar o sentido profundo da Romaria da Terra e das Águas que realizamos aqui hoje. A Romaria da Terra tem sua raiz naquela caminhada do povo que saiu do Egito, rumo à Terra Prometida. É uma caminhada para a conquista da terra, uma caminhada de libertação”, assim falou Dom Tomás Balduino, conselheiro permanente da CPT, na homilia durante a Romaria. Com o tema “Cerrado e Sustentabilidade” e com o lema: “Eu vi, um novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1), a Romaria contou, também, com a presença do Bispo Diocesano, Dom Messias dos Reis Silveira, do bispo da cidade de Goiás, Dom Eugênio Rixen e de Dom Guilherme Werlang, bispo de Ipameri e presidente da Comissão Episcopal de Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB. A próxima Romaria será na Cidade de Goiás, em 2017.

III Romaria das Águas e da Terra da diocese de Governador Valadares (MG)

As Romarias Diocesanas das Águas e da Terra estão se tornando uma tradição na

Diocese de Governador Valadares, Minas Gerais. A 3ª Romaria das Águas e da Terra aconteceu em Tumiritinga, no dia 09 de junho, na semana de comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, e trouxe como tema “Terra e Água, Força da Vida!”, e como lema “Das Margens do Rio Doce o Grito por Justiça”.

Próximas Romarias:

- 17ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais - “Juventude no campo ou na cidade: Defendendo nosso chão, nossa gente e a criação” - Miradouro (MG) - 21 de julho

- 16ª Romaria da Terra do Ceará - “Terra, Água, Comunhão: bem viver em nosso chão” - Sobral (CE) - 17 de agosto

- 27ª Romaria da Terra do Paraná - “Juventude do campo: exige mudança, justiça, direito e semeia esperança” - Faxinal (PR) - 18 de agosto

- 15ª Romaria da Terra e das Águas de São Paulo - “E Deus viu que tudo era muito bom” (Gn 1, 31) - Americana (SP) - 18 de agosto

AGROTÓXICOS

Avião agrícola sobrevoa escola e intoxica dezenas de crianças em Goiás

Dezenas de alunos e alguns professores ficaram intoxicados após um avião agrícola sobrevoar uma escola pública localizada no Assentamento Pontal dos Buritis, às margens da GO-174, a 60 km de Paraúna, no sudoeste de Goiás, no dia 3 de maio. A aeronave estava realizando o trabalho de combate às pragas em uma lavoura utilizando um inseticida chamado engeço pleno, da empresa Syngenta. No momento do sobrevoo, 122 crianças estudavam nas salas de aula da Escola Municipal de Tempo Integral Ponte de Pedra.

Inicialmente 42 pessoas, entre elas 36 crianças, foram internadas vomitando e sentindo tonturas e fortes dores de cabeça. Outras crianças e os professores intoxicados foram atendidos no local e, logo em seguida, liberados. Alguns foram socorridos pelos próprios pais e moradores da região.

Foto: Reprodução Internet



No mesmo dia, o piloto do avião agrícola que despejou o agrotóxico prestou depoimento sobre o caso e foi preso. Ele foi autuado em flagrante por crime ambiental e por desrespeitar as normas do uso de agrotóxicos. Foi solto no dia 5 de maio, após pagar fiança. Além dele, o proprietário da empresa à qual o avião pertence e o responsável técnico também foram detidos

e liberados após o pagamento de fiança. Segundo o delegado regional de Rio Verde, Danilo Fabiano Carvalho Oliveira, a liberação dos presos após pagamento de fiança foi determinada pela Justiça.

Quinze dias depois crianças voltam a ser internadas

No dia 17 de maio, várias crianças atingidas pelo veneno retornaram à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Rio Verde e, no dia seguinte, foi descoberto que sete casos necessitariam de acompanhamento médico especializado por terem sido diagnosticados problemas nos rins e fígado.

As denúncias foram registradas junto à Agência Goiana de Defesa Agropecuária – AGRODEFESA, no IBAMA e

na Polícia Civil, cujas instituições estão investigando o caso, que não se trata de fato isolado, conforme informa o Delegado Danilo Carvalho, responsável pelo 8º Distrito Policial, e considera o acidente como crime Federal. Segundo denúncias de organizações sociais que foram até o local, outras escolas agrícolas convivem com a pulverização aérea de agrotóxicos e com os efeitos colaterais desse uso do veneno.

O piloto e a empresa responsável pela aeronave (Aviação Agrícola Agrotex LTDA) foram multados. O engenheiro agrônomo da Cooperativa COMIGO, responsável pelo receituário, não se manifestou sobre o fato. Uma equipe multidisciplinar, formada por Toxicólogos, Médicos, Sanitaristas, Psicólogos, Biólogos, dentre outros, irá acompanhar as vítimas e suas eventuais sequelas.

Doença renal misteriosa da América Central pode estar ligada a agrotóxicos

Uma doença renal misteriosa que atinge camponeses em El Salvador e outros países da América Central mobiliza os ministérios de saúde da região. No dia 27 de abril, foi assinada em El Salvador uma declaração conjunta qualificando o combate da doença como de alta prioridade para a saúde pública e definindo uma série de ações nesse sentido. Nos últimos dois anos, o Center for Public Integrity tem denunciado um tipo raro de doença renal crônica (DRC) que está matando milhares de camponeses da costa do Pacífico, da América Central, do Sri Lanka e da Índia. Cientistas ainda não desvendaram completamente a causa desse mal, ainda que provas recentes apontem metais pesados tóxicos contidos em pesticidas como potenciais culpados.

Depois de anos sem iniciativas

oficiais dos EUA e de outros lugares, a declaração feita em San Salvador reconheceu formalmente – pela primeira vez – a existência da doença e os grupos que afeta: “comunidades agrícolas socialmente vulneráveis ao longo da costa do Pacífico na América Central”, assinala a declaração aprovada pelo Conselho de Ministros da Saúde da América Central. Entre ações anunciadas estão a realização de estatísticas mais detalhadas da DRC, o desenvolvimento de planos regionais e nacionais para investigar e tratar a doença e a promoção de medidas regulatórias mais fortes para o uso de agrotóxicos.

O resultado marcou uma reviravolta nos Centros para Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês) dos EUA, que, em 2011, ajudaram a derrotar um esforço de El Salvador para declarar prioridade ao tratamento da doença. O CDC diz agora que dedicou “centenas de

Foto: Pública



milhares” de dólares para apoiar a investigação sobre a doença, criou uma força-tarefa multidisciplinar interna na América Central, e se comprometeu a ajudar no financiamento de uma pesquisa nacional em El Salvador para medir a relevância de doenças crônicas, incluindo a DRC.

A conferência de San Salvador também marcou um limiar na cooperação internacional para o combate a essa doença misteriosa. Após anos de luta de pesquisa-

dores na América Central tentando estabelecer uma ligação entre enfermidade semelhante na Ásia, o Sri Lanka enviou uma delegação oficial para El Salvador e pediu que a América Central considerasse os resultados das pesquisas e as políticas de combate à doença no país asiático como modelos para ações futuras na América Central. No Sri Lanka, de acordo com um relatório oficial, mais de 8 mil pacientes estão recebendo tratamento por DRC de causa desconhecida, um número que representa apenas uma fração da quantidade de pessoas afetadas pela doença, que fica em estado latente até seus estágios avançados. Mais de 16 mil homens morreram de falência renal na América Central de 2005 a 2009. Em El Salvador, a DRC se tornou a principal causa de mortes hospitalares entre os homens adultos.



Conferência em Quito reúne 14 países e propõe mecanismo de defesa contra multinacionais

Foto: CUT

No dia 22 de abril foi realizada na cidade de Guayaquil, Equador, a 1ª Conferência Ministerial dos Países Latinoamericanos Afetados por Interesses das Transnacionais, com o objetivo de criar um novo mecanismo de coordenação regional para a defesa dos interesses dos países da América Latina, nos processos de arbitragem internacional interpostos por empresas estrangeiras. A preocupação veio do fato de a América Latina concentrar a maior quantidade de processos ilegais e arbitrários contra uma região, sendo que Argentina, Venezuela, Equador, México e Bolívia acumulam 27% do total de casos no mundo.

No encontro, representantes de 14 países – entre eles Argentina e Uruguai – delinearam um plano de ação em defesa da soberania dos estados nacionais frente aos contínuos abusos praticados pelos tribunais de arbitragem internacionais que, aproveitando-se dos Tratados Bilaterais de Investimento (TBI), têm imposto os interesses dos “investidores”.

Caso Texaco-Chevron

Num dos tantos exemplos de afronta à legislação citados, está o caso da multinacional Texaco, que entre os anos 1970 e 1990 provocou imensos estragos ecológicos no campo de Lago Agrio, no Equador, com sua exploração predatória. Para economizar, a multinacional despejou, sem qualquer tratamento, mais de 16 bilhões de toneladas de lixo tóxico nos rios e córregos da região, contaminando mais de 30 mil moradores da área, multiplicando os casos de câncer, leucemia, aborto, anomalias congênitas e doenças crônicas. O processo judicial teve início na Justiça Federal dos Estados Unidos em 1993, e acabou sendo transposto para

o Equador em 2003, a pedido da Chevron, sucessora da Texaco, que via no governo neoliberal de então um possível anteparo aos seus crimes. Mas, uma vez que o governo mudou e a decisão equatoriana foi desfavorável à multinacional, condenada a pagar uma indenização de US\$ 19 bilhões, a Chevron passou a questionar a “competência” e a “lisura” da Justiça equatoriana para julgar o caso.

No dia 7 de fevereiro deste ano, um tribunal internacional de arbitragem emitiu uma sentença em que concluiu que o Equador “violou” as sentenças provisórias emitidas anteriormente – com base em um TBI firmado com os Estados Unidos –, por não haver impedido a tentativa de execução da sentença judicial de US\$ 19 bilhões contra a Chevron Corp. Este Tribunal considerou o Equador culpado por ter violado o TBI.

Regulação

“Estamos ao lado do Equador e de boa parte dos países da Unasul, ao propor a criação de uma instância própria da União de Nações Sulamericanas sobre regulação e tratamento de investimentos estrangeiros”, declarou o chanceler venezuelano Elías Jaua, frisando que as multinacionais só respeitam governos que mostram firmeza na defesa dos interesses de seus povos.

Elías Jaua expressou o profundo mal estar causado pelos TBI que, na verdade, “não servem para atrair investimento estrangeiro, mas para submeter nações soberanas”. Por isso, sublinhou, desde 2012 a República Bolivariana vem denunciando o Centro Internacional de Ajuste de Diferenças Relativas a Investimentos (Ciadi), por favorecer permanentemente as transnacionais.

“Tivemos graves problemas com as transnacionais porque quando estas



descumprem os compromissos assumidos, e os Estados têm que terminar os contratos, nos submetem a uma arbitragem. Isso é uma ofensa e por isso estamos aqui reunidos, para colocar a casa em ordem”, enfatizou o chanceler equatoriano Ricardo Patiño. O diplomata esclareceu que o investimento estrangeiro é bem-vindo, sempre que “respeite as leis, que venha para complementar o investimento nacional, que tenha disposição de transferir tecnologia, que consuma produtos nacionais e gere desenvolvimento”.

Enfrentamento

Destacando a importância de políticas comuns para o enfrentamento coletivo ao problema, Patiño explicou a postura adotada pelo país: “Na última década foi quando nasceram a Alba, Celac, Unasul, o Banco do Sul, o Sucre e muitas conversações entre nossos Estados, que decidiram caminhar com seus próprios pés para avançar a nossa independência política. Um dos âmbitos é este: a relação com as transnacionais”.

Frente a tamanhos atropelos, os participantes decidiram constituir um Comitê Executivo para “planejar

e executar ações de apoio mútuo nos âmbitos político e jurídico”, coordenar “a defesa conjunta das ações jurídicas através de equipes legais internacionais de especialistas e advogados profissionais”, e “planificar estratégias de comunicação, como oposição às campanhas globais empreendidas pelas empresas transnacionais”. Também será criado um “Observatório Internacional” para apoiar os Estados demandados e difundir publicamente a situação de litígios, identificando procedimentos que permitam “auditar, avaliar e monitorar a ação dos tribunais internacionais de arbitragem em matéria de investimentos”.

Vários dos representantes governamentais expuseram suas experiências sobre os valores que precisaram desembolsar às transnacionais devido às demandas impostas em instâncias internacionais e que acabaram prejudicando a soberania – e a economia – dos seus países. Um dos mecanismos propostos, no qual atualmente já estão trabalhando os países da Unasul, é a criação de um Centro de Controvérsias regional, com o objetivo de garantir equidade na defesa dos interesses das partes, algo que é anulado pelo TBI.

PÁGINA BÍBLICA

Deuteronômio: manter os ideais antigos num mundo mais moderno

SANDRO GALLAZZI*

Um dos livros mais lindos da Bíblia é o livro do Deuteronômio, que é, em grande parte, produção profética. Foi a tentativa de estender os ideais tribais da sociedade igualitária a uma sociedade nova que não é mais tribal. Os profetas fazem uma tentativa de adaptação, para manter os ideais antigos em um mundo mais moderno.

O tempo de Amós e de Oséias, que são os pais do Deuteronômio, foi o momento em que os ricos começaram a roubar as terras e as casas dos pobres. Estavam querendo uma nova legislação que legitimasse a concentração da terra, que sempre estivera proibida em Israel. Queriam que a lei antiga, que garantia a terra para todos, caducasse para legitimar a compra e o direito de possuir cada vez mais terras. “Ai de vocês que juntam campo a campo, casa a casa!”, denunciavam Miquéias e Isaías.

No momento em que os novos ricos, proprietários de terras, estavam querendo mudar a antiga legislação do direito, que não se adaptava a suas exigências, e corrompiam juízes e magistrados, os profetas chegam com o Deuteronômio. Para que seja mantida a justiça, os profetas exigem o perdão das dívidas, a libertação dos escravos, um rei que não roube, juízes e sacerdotes que não se deixem corromper e profetas que falem do que é de Deus.

Amós luta para que nos tribunais se faça justiça e seja garantido o direito dos pobres. Oséias denuncia um sistema estatal e sacerdotal que leva o povo à idolatria. Miquéias reivindica o direito à terra e à sua casa, que os magistrados estão negando ao pobre. Isaías e Sofonías denunciam o sangue que enche as ruas de Jerusalém. Todos eles são fiéis ao projeto da justiça, da



sociedade como Deus a quer. Se não se faz a justiça, de nada serve prestar culto a Deus. É uma vergonha e Deus sente nojo de um culto assim.

Jeremias: não haverá mais perdão, não adianta rezar

Caberá ao profeta Jeremias, um agricultor que sonhava com sua terra encantadora, denunciar a destruição definitiva do Estado monárquico que não quis escutar os profetas e não se converteu. Jeremias que sonhava com uma vida camponesa tranquila e feliz é obrigado a ir à cidade e a enfrentar o rei. Perseguido pelo rei, exigido por Deus, ele anuncia a destruição inevitável. Não haverá mais perdão, não adianta rezar.

Como não sabe ler e escrever, chama Baruc que é um jovem: “Escreve

Baruc, escreve a profecia contra o rei Joaquim.” Baruc escreve toda a profecia. “Agora você vai ao palácio e vai ler toda a profecia ao rei”. Baruc vai ao palácio e diz: “Tenho as profecias de Jeremias para ler.” Depois que lê a primeira página, o rei a arranca de sua mão e a queima no fogo. Faz o mesmo com todas as páginas.

Baruc volta onde está Jeremias. “Como foi?”, pergunta Jeremias. “Eu li tua palavra ao rei, mas o rei Joaquim não lhe deu importância alguma, destruiu todas as páginas, queimou-as. O que vamos fazer?”. “Escreve de novo!”

Jeremias caminha na praça de Jerusalém com uma canga no pescoço, dizendo: “Deus vai colocar a canga nas costas de vocês, vocês serão escravos na Babilônia.” Chegou o sacerdote, tomou a canga, a quebrou e gritou: “Como eu quebrei a canga, assim Deus vai quebrar toda opressão sobre o povo”. Jeremias o olhou desconsolado e lhe disse: “Só que a canga de Deus será de ferro, não de madeira. Você não a vai quebrar, vocês vão para a Babilônia, vão ser escravos.” A monarquia é condenada definitivamente pelos profetas.

Profetisa Hulda: “Minha cólera está ardendo contra este lugar e não se apagará.”

Será Hulda, uma profetisa, quem vai dizer ao rei Josias, que tentou mudar algumas coisas no âmbito do culto, que apesar disso não vai haver perdão para Jerusalém. “Assim diz Javé: Vou trazer a desgraça para este lugar e to-

dos seus habitantes, todas as maldições deste livro que o rei de Judá leu (o Deuteronômio), porque me abandonaram e queimaram incenso a outros deuses ... Minha cólera está ardendo contra este lugar e não se apagará.”

A história posterior vai salvar somente três reis: Davi, Ezequias e Josias. Todos os outros, como dizem os profetas, vão colocar na boca de Samuel a advertência contra a opção pela monarquia. Ao povo que queria um rei para que resguardasse seus direitos, Samuel vai apresentar um rei que só se preocupará com seu poder e sua riqueza. E terminava: “Então gritarão contra o rei que escolheram, mas Deus não lhes responderá.” No ano 587 a.C., as palavras de Hulda e de Jeremias se cumprem: Jerusalém será destruída pelos exércitos da Babilônia e os camponeses receberão de volta suas terras.

Ao concluir recordemos, quando o destinatário é a cidade o opressor, a mensagem é uma: Façam Justiça! Deixem de ser opressores. Quando o destinatário é o povo, a mensagem é outra: sejam solidários! Não vamos misturar as coisas. Porque em nossas igrejas estamos acostumados a falar de justiça e de solidariedade, mas invertemos os destinatários: ao pobre exigimos que faça justiça e ao rico lhe pedimos solidariedade. Mudam-se as coisas. Pede-se ao rico um copo de leite para o pobre, ao rico se pede uma esmola; ao pobre se pede que trabalhe, que não roube, que obedeça às autoridades, que cumpra a lei. A esmola não vai salvar o poderoso. Ele tem que fazer justiça. Não basta que dê um copo de leite ao pobre, deve devolver a vaca que roubou, a terra que roubou.

EXPERIÊNCIA

Acampamento da Juventude na 36ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

SIMONNE PEGORARO E
EVANIR JOSÉ ALBARELLO*

Tradicionalmente, a juventude do Rio Grande do Sul tem presença ativa e intensa nas Romarias da Terra, e não foi diferente nesta 36ª edição, realizada no dia 12 de fevereiro último, na comunidade Bom Pastor, município de Bento Gonçalves, diocese de Caxias do Sul, onde mais de 200 jovens vindos de 50 cidades se encontraram no Acampamento da Juventude. No estado, Romarias da Terra acontecem anualmente e sempre na terça-feira de carnaval.

O Acampamento da Juventude é parte da Romaria e tem caráter pastoral, formativo, político-social e transformador. Vem acontecendo desde a 28ª Romaria da Terra, quando a Pastoral da Juventude Rural (PJR) se preparava para comemorar seus 25 anos de caminhada. Desde então reúne a juventude da roça e da cidade, de diversas organizações sociais, das pastorais e de movimentos sociais. Constitui-se num espaço de protagonismo juvenil, onde a juventude, a partir do tema da Romaria, estuda sobre a realidade de vida dos jovens, vivencia a mística da terra e da luta e constroi perspectivas de vida, produção e organização, buscando conhecer as questões que dizem respeito à terra e ao bem viver na roça.

O acampamento da Juventude aconteceu no município de Garibaldi nos dias 10 e 11 de fevereiro, refletindo e celebrando sobre o tema “Terra, Vida e Cidadania” e sobre o lema “Terra e Cidadania como princípios do Bem Viver”. “Os jovens compromissados com os valores e as causas da Mãe-Terra, fonte de vida e sustento, estiveram reunidos para anunciar as graças de Deus com seu Povo, e denunciar aquilo que nos oprime. Desde a preparação vivenciaram o cuidado com a Terra, a Vida e a Cidadania. A cada discussão, refletimo-las em nossos atos. Uma juventude orante, lutadora, clamante, denunciadora e testemunha do Evangelho, ansiosa para que o Reino de Deus faça-se na Terra, conforme a sua vontade”. (Trecho da carta do Acampamento Jovem aos Romeiros)

Não há uma fórmula para a realização do Acampamento da Juventude. Sempre



Foto: Reprodução Internet

é construído a partir da realidade da comunidade e da Diocese que acolhe a Romaria. Os jovens em conjunto com a equipe de coordenação da Romaria organizam o acampamento. Neste, o debate foi pautado pela reflexão “Juventude e ecologia”, incluindo no debate a cultura urbana e tendo o conceito de terra como fonte de vida. Terra envolve o mundo rural e o mundo urbano, pois todos os seres vivos dependem da terra. E em um contexto em que a maioria da população vive no meio urbano, destacou-se a importância da permanência do jovem no campo, da agricultura familiar camponesa, do cooperativismo, da economia solidária,

do consumo consciente e da produção orgânica para a sustentabilidade do planeta, bem como da participação da mulher e da juventude para a consolidação da cidadania e do bem viver.

A metodologia dos acampamentos da Juventude prima pela participação direta da juventude presente. Durante os dias do acampamento acontecem celebrações, estudos, oficinas, confraternização, organização e participação nos serviços, bem como na Romaria. Nesta edição houve um momento de memória das Romarias da Terra, conhecendo sua mística, seu caráter social, as lutas do povo do campo, as diversas temáticas e como elas transformaram a realidade do povo por onde passaram. Refletiu-se, também, sobre os princípios do Bem Viver e como se faz urgente uma mudança no jeito em que vivemos e na forma como nos relacionamos e tratamos a terra. Diversas oficinas foram realizadas em torno às temáticas, cada qual identificada por um mártir e orientada por um assessor. Os compromissos assumidos nestas oficinas apontam para a organização da juventude, o consumo

consciente, a produção com sementes crioulas e a dinamização da campanha da fraternidade junto às juventudes como espaço de reflexão, ação e vivência da fé.

Foi muito importante a pluralidade e diversidade que o Acampamento trouxe, através de seus participantes, das experiências partilhadas e dos temas estudados. Foram trocas significativas para cada um que esteve presente. Um dos momentos significativos do acampamento foi a Celebração dos Mártires da Caminhada, à noite da segunda-feira. A vida de tantos e tantas que se doaram pela causa do reino é sempre motivador e inspirador, em especial aos jovens que estão à procura de causas que vale a pena seguir. Também se refletiu sobre as causas de extermínio de milhares de jovens vítimas desse modelo neoliberal, que os usa como bem entende e tenta proibi-los de sonhar e transformar a realidade.

** da coordenação do Acampamento e da 36ª Romaria da Terra, e agente da CPT Rio Grande do Sul, respectivamente.*

Luzes e Denúncias

O acampamento da Juventude elaborou uma Carta aos omeiros na qual destacam Luzes de anúncios e Denúncias:

“Anunciamos que o ser humano É TERRA, ESTÁ NA TERRA e como todo ser vivo DEPENDE DA TERRA!”

“Anunciamos a agricultura familiar, ecológica e alimentar!”

“Anunciamos a legitimidade da desobediência civil quando pautada no valor central da vida!”

“Anunciamos a reciclagem, a economia solidária, os projetos alternativos, o cooperativismo e a maior participação da mulher na produção!”

“Anunciamos a Campanha das Pastorais da Juventude do Brasil contra a Violência e o Extermínio de jovens!”

“Anunciamos que a terra é criatura divina, é sagrada e pertence somente a Deus!”

“Denunciamos a resistência ao debate sobre protagonismo juvenil nos espaços eclesiais, sociais e familiar!”

“Denunciamos os pensamentos que mantêm as opressões e desigualdades de gênero, raça e etnia!”

“Denunciamos a exploração do capitalismo, do sistema neoliberal, sustentado pelo lucro, pelo individualismo e causador das crises que matam os desfavorecidos!”

“Denunciamos a falta de cuidado com o dom da vida e a omissão política diante desses fatos!”

“Denunciamos os agrotóxicos que matam a saúde da terra e do homem!”

“Denunciamos o agronegócio que faz da terra de Deus uma mercadoria!”

“Denunciamos o êxodo rural forçado pela sociedade que somente visa o lucro e não o bem-viver!”

“Denunciamos o desmatamento frenético e que simboliza a morte de nossos ecossistemas!”

“Denunciamos a falta da Reforma Agrária!”

“Denunciamos o consumismo, a valorização do ter e não do ser, e a manipulação da mídia para sustentar o sistema!”

“DENUNCIAMOS A MORTE DA JUVENTUDE!”

“Denunciamos o mal que fizemos à terra e a nós mesmos, ESTAMOS MATANDO QUEM NOS SUSTENTA!”

“DENUNCIAMOS A OPRESSÃO AO POVO DE DEUS!”

“DENUNCIAMOS A AGONIA DO PLANETA!”

CULTURA

Caminhos Alternativos

COMPOSIÇÃO: ZÉ PINTO*

*Se plantar o arroz ali,
se plantar o milho aculá,
um jeito de produzir,
pra gente se alimentar.
Primeiro cantar do galo,
já se levanta da cama,
e o camponês se mistura
à terra que tanto ama.*

*Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.*

*Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.*

*Choro virou alegria,
a fome virou fartura,
e na festa da colheita,
viola em noite de lua.
Mutirão é harmonia,
com cheiro de natureza,
o sol se esconde na serra
e a gente acende a fogueira.*

Foto: ONG Criar Brasil



*Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.*

*Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.*

*Quando se envenena a terra,
a chuva leva pro rio,
nossa poesia chora,
se a vida tá por um fio,
e ela é pra ser vivida,
com sonho, arte e beleza,
caminhos alternativos*

e alimentação na mesa.

*Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.
Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.*

* A música Caminhos Alternativos, de autoria de Zé Pinto, cantor popular e membro da coordenação estadual da CPT em Rondônia, foi, em outubro de 2008, uma das cinco músicas ganhadoras do II Concurso Cultura Popular nas Ondas do Rádio, organizado pela ONG Criar Brasil.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- | | | | |
|--------------------------|-----------------------|------|-------|
| <input type="checkbox"/> | Brasil | R\$ | 10,00 |
| <input type="checkbox"/> | Para o exterior | US\$ | 20,00 |

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA